

ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL, CID-11, CIF E HIPERFOCOS PARA ALUNOS COM AUTISMO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria de Lourdes de Moraes Pezzuol¹

*1Professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE da SEESP), Mogi das Cruzes, Brasil
(mari.pezzuol@gmail.com)*

Resumo: Este relato de experiência aborda a implementação de metodologias e estratégias diversificadas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) para melhorar a alfabetização funcional de alunos com autismo com deficiência intelectual. O objetivo é compartilhar a experiência de três alunos com perfis de interesse diferenciados, descrevendo suas funcionalidades dentro de suas habilidades (hiperfocos) no desenvolvimento de atividades. O estudo enfatiza a necessidade de integrar ações multiprofissionais, tanto clínicas quanto educacionais, e de fortalecer a busca por conhecimentos atualizados, nacionais e internacionais, sobre as classificações e legislações que regem os fatores diretamente envolvidos nas questões de assistência (clínicas) e atendimento (educacional) para pessoas com deficiências. Um exemplo é a nova versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), instituída desde janeiro de 2022, que unifica todos os diagnósticos relacionados ao Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) sob uma única categoria. Este relato propõe destacar a importância de discutir o conceito de funcionalidade do ponto de vista educacional, com base nos pareceres da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e nos propósitos da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), dentro do contexto inclusivo escolar. A revisão da literatura realizada por Oliveira et al. (2021) sobre a CIF e inclusão escolar revela a escassez de publicações sobre esse tema. Segundo esses autores, a CIF não classifica as pessoas, mas descreve sua funcionalidade e incapacidade, e concluem que é necessário que os profissionais inseridos no contexto escolar dominem a CIF para promover programas e políticas que respondam eficientemente às demandas de aprendizagem e desenvolvimento dos indivíduos com deficiência. De acordo com o IBGE (2022), pessoas com deficiência enfrentam uma alta taxa de analfabetismo. Conclui-se que, ao valorizar os interesses e habilidades individuais de forma funcional, os alunos fortalecerão competências úteis tanto dentro quanto fora da escola. A proposta visa incluir todos os alunos da educação inclusiva, aumentando o interesse e progresso na leitura e escrita, além de fortalecer autoestima e autonomia. Sugere o uso de diversas estratégias e recursos e a atuação integrada de uma equipe multiprofissional (médicos, fonoaudiólogos, psicólogos, pedagogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, etc.). O trabalho conjunto, com troca de informações e pareceres clínicos e pedagógicos, busca oferecer um atendimento mais abrangente e centrado na funcionalidade de cada aluno com deficiência, promovendo um aprendizado mais significativo e eficaz.

Palavras-chave: AEE; Alfabetização funcional; Autismo com Deficiência Intelectual; Hiperfoco; CID-11; CIF

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda algumas estratégias metodológicas que estão sendo aplicadas e adaptadas para fortalecer a alfabetização de forma funcional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) com Deficiência Intelectual em escolas públicas do Estado de São Paulo, no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Esta é uma proposta pedagógica para fortalecer e incentivar a alfabetização de forma funcional, respeitando os interesses e hiperfocos dos alunos, considerados habilidades importantes a serem trabalhadas na escola e na vida diária. Essas habilidades podem ser desenvolvidas de forma individual, compartilhada, oral, lúdica, exploratória, interpretativa, crítica, criativa e interativa, ajustadas às necessidades individuais de comportamento e de aprendizagem de cada aluno. Essa abordagem pode ser aplicada a todos os alunos, sem exceção.

“O trabalho de escolarização das crianças com autismo exigirá dos professores uma reflexão sobre os processos usuais de ensino e aprendizagem, bem como um olhar diferente. Um olhar que leve em conta um estudante que não está em posição de curiosidade, mas que aprende de maneira específica e pouco convencional” (DIVERSA, 2018).

É importante aprofundar continuamente a análise de pesquisas sobre as práticas educacionais realizadas nesse contexto dentro das escolas, visando compreender as abordagens adotadas pelos profissionais das salas de recursos multifuncionais, de forma colaborativa com os professores das salas comuns. Além disso, é essencial conhecer as legislações e documentos atuais relacionados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo que a nova versão da Classificação Internacional de Doenças CID-11, desde 2022, unifica todos os diagnósticos dessa condição sob uma única categoria.

Como também, obter conhecimento e explorar a Classificação de Funcionalidade – CIF, que contextualiza a saúde do indivíduo de forma biopsicossocial, e poderá ser aplicada no contexto da inclusão escolar.

É fundamental destacar que a combinação da CID com a CIF possibilita uma análise abrangente e significativa, pois permite a elaboração de planos de cuidado que consideram a singularidade de cada pessoa. Ao analisar também o ambiente em que o indivíduo está inserido, os especialistas podem compreender a incapacidade de uma forma mais ampla. Isso significa que as deficiências não são vistas como determinantes da incapacidade (FUNDACENTRO, 2022).

Sob o ponto de vista de Oliveira et al. (2021), que realizaram uma revisão da literatura sobre a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) e Inclusão Escolar, à medida que a utilização da CIF for adotada por um número maior de profissionais em diferentes contextos, os resultados sobre a funcionalidade serão mais abrangentes e fidedignos (apud Di Nubila & Buchalla, 2008).

Ainda como expõe Oliveira (2021), esta classificação apresenta diferentes objetivos, sendo que, primordialmente, pode oferecer um olhar sobre a funcionalidade e incapacidade global do indivíduo, assim como padronizar informações a serem utilizadas por diferentes profissionais, tais como fisioterapeutas, fonoaudiólogos, **professores**, entre outros. (grifo nosso)

Um conhecimento mais detalhado das características e perfis de aprendizagem de cada aluno, especialmente no contexto de alunos com autismo com deficiência intelectual, possibilita a identificação de ações integradas entre equipes multiprofissionais e educadores das salas comuns. Isso destaca a promoção da interdisciplinaridade como elemento fundamental para o desenvolvimento do aprendizado inclusivo dentro das escolas.

Destacamos o tema alunos com autismo com deficiência intelectual para ampliar o conhecimento sobre a necessidade de empregar diversas estratégias pedagógicas atuais e metodológicas no processo de alfabetização, visando fortalecer a aprendizagem desses alunos. Além das suas necessidades específicas relacionadas ao transtorno do espectro autista, eles também apresentam déficit intelectual.

Com a nova versão do CID-11 (2022), para classificação de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), surgiram as subdivisões com ou sem Deficiência Intelectual (DI), as quais requerem a troca de informações e conhecimentos de importantes documentos, não apenas internacionais como também nacionais, para a maior familiarização dos profissionais que atuam com a causa dessas pessoas.

Com a rápida evolução da tecnologia e da informação, surgem novas ferramentas e recursos que podem beneficiar enormemente os alunos da Educação Inclusiva. Documentos clínicos atualizados podem promover e facilitar a criação de relatórios pedagógicos dentro das escolas, reconhecendo a importância fundamental da inclusão como um direito universal e como pilar para uma sociedade justa. A promoção e a atualização dos documentos e das legislações precisam estabelecer diretrizes, normas e práticas para garantir uma educação inclusiva de qualidade para todos.

Documentos essenciais que identificam o perfil de cada aluno, para facilitar aos profissionais responsáveis pelo apoio do aprendizado da escrita e leitura desses alunos, envolvidos nos processos de alfabetização e letramento, precisam compreender que esses são processos essenciais que necessitam ser trabalhados de maneira mais aprofundada, integrada sem padrões definidos de alfabetização, no respeito ao perfil aprendente de cada aluno.

Diante da realidade atual em relação a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais, o que corresponde a 8,9% da população dessa faixa etária, considerando a taxa de analfabetismo para essas pessoas de 19,5% (IBGE,2022).

Uma proposta de alfabetização funcional para alunos com autismo com deficiência Intelectual, deve ser trabalhada de forma interessante e envolvente, indo além da simples

capacidade de ler e escrever. Ela deve desenvolver a habilidade de utilizar a leitura, a escrita e o cálculo matemático em contextos práticos e cotidianos de forma eficiente, baseando-se nos conteúdos de interesse e nos hiperfocos desses alunos, para mantê-los motivados e estimulados.

Neste artigo, gostaria de compartilhar algumas estratégias metodológicas com ênfase na alfabetização funcional que estão sendo aplicadas e adaptadas para auxiliar no processo de alfabetização de 03 alunos matriculados no ensino fundamental – anos finais, que frequentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em 02 escolas públicas do estado de São Paulo.

OBJETIVO GERAL

Compartilhar um relato de experiência de alfabetização funcional para alunos com autismo, visando proporcionar às equipes multiprofissionais, especialmente aos educadores, estratégias eficazes e práticas pedagógicas adaptadas que promovam a inclusão e o desenvolvimento educacional desses alunos, contribuindo para a melhoria contínua da prática pedagógica inclusiva.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Evidenciar a importância de ampliar estratégias e pesquisas inclusivas que respeitem os interesses (hiperfocos) e a funcionalidade dos alunos com autismo com deficiência intelectual, destacando a necessidade de uma abordagem personalizada e contínua no processo de alfabetização funcional.

JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Nos últimos anos, atuando como professora especialista em autismo, precisei ampliar meus conhecimentos sobre diversos assuntos. Um exemplo marcante foi quando, junto a um aluno, mergulhei no universo dos dinossauros. Juntos, construímos uma história de vida em vídeo, na qual ele se transformava no personagem "Pequeno Dinossauro Azul". Este projeto foi inscrito em um festival de cinema promovido pela Diretoria de Ensino e recebeu muitos destaques, incluindo uma menção honrosa da prefeitura da nossa cidade.

Atualmente, continuo trabalhando com alunos que têm hiperfoco em dinossauros, assim como outros que possuem grandes dificuldades para ler e escrever, mas são experts em aplicativos e jogos digitais. Também há alunos com talento para criar e contar histórias, incluindo temas como pipas, desenhar capas de livros, interesse por focas, a personagem Lady Bug e a história do Miraculous. Além disso, tenho um aluno com grande interesse na história econômica e social dos países, que adora desenhar memes em formato de bolas Polandball, mais conhecidas como Countryballs, uma representação humorística dos países do mundo. Alguns desses perfis de alunos serão apresentados neste relato de experiência.

Alunos que, ao serem estimulados e desafiados em situações que valorizam seus potenciais e reconhecem seus gostos, interesses (hiperfocos), afinidades e curiosidades,

demonstram uma singularidade em sua forma de ser e viver. No Atendimento Educacional Especializado (AEE), um serviço complementar ao ensino comum, é importante abordar questões pedagógicas específicas para atender às necessidades desses alunos de maneira mais lúdica, envolvente e prazerosa, utilizando estratégias que fortalecem a autoestima de forma motivante. Pesquisas confirmam que não há cura para o autismo, mas intervenções precoces e apropriadas podem melhorar significativamente a qualidade de vida das pessoas com TEA.

ANALFABETISMO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Segundo estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2022), sobre a taxa de analfabetismo para pessoas com deficiências:

- A taxa de analfabetismo para as pessoas com deficiência foi de 19,5%, enquanto para as pessoas sem deficiência foi de 4,1%. A taxa de analfabetismo deste grupo também reflete as desigualdades regionais, sendo a mais alta no Nordeste (31,2%) e a mais baixa no Sul (12,7%).
- A maior parte das pessoas de 25 anos ou mais com deficiência não completaram a educação básica: 63,3% eram sem instrução ou com o fundamental incompleto e 11,1% tinham o fundamental completo ou médio incompleto. Para as pessoas sem deficiência, esses percentuais foram, respectivamente, de 29,9% e 12,8%.
- Enquanto apenas 25,6% das pessoas com deficiência tinham concluído pelo menos o Ensino Médio, mais da metade das pessoas sem deficiência (57,3%) tinham esse nível de instrução. Já a proporção de pessoas com nível superior foi de 7,0% para as pessoas com deficiência e 20,9% para os sem deficiência.

Ainda segundo informações do IBGE (2022), a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais, o que corresponde a 8,9% da população dessa faixa etária. Os dados são do módulo Pessoas com deficiência, da Pnad Contínua 2022. O tema já foi investigado em outras pesquisas do IBGE, sendo as mais recentes o Censo Demográfico 2010 e a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2013 e 2019. Os dados, no entanto, não são comparáveis entre as pesquisas, pois há diferenças metodológicas.

No aspecto do desenvolvimento humano, a educação é essencial para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, emocionais e sociais dos indivíduos. Ela contribui para a formação de cidadãos mais informados, críticos e capazes de tomar decisões conscientes. A educação também está relacionada à saúde pública, uma vez que promove práticas saudáveis, conscientização sobre doenças e acesso a informações que podem melhorar os padrões de vida. Isso é especialmente relevante para as pessoas com deficiências que enfrentam dificuldades de aprendizagem.

HIPERFOCO DE PESSOAS COM AUTISMO

O hiperfoco é uma característica distintiva do transtorno do espectro autista. Trata-se de uma forma de hiperatividade manifestada na atividade mental em vez da psicomotora, embora ambas possam ocorrer simultaneamente. Por isso, muitas pessoas no espectro conseguem dominar profundamente um assunto específico, pois a predisposição para o aprendizado se combina com o interesse exclusivo em um único tema (Varella.2022).

De acordo com (Varella e Orti, 2022):

Se o hiperfoco em si é muito mais um estado mental do que uma condição e surge a partir de interesses da pessoa do espectro autista, conforme ela se coloca ou é colocada em contato com o objeto de interesse, mais vezes o estado de hiperfoco pode ser ativado. É neste estado que o autista ‘dá o seu melhor’ em desempenho, motivo pelo qual esses interesses costumam ser bem vistos e bem trabalhados pelas famílias e profissionais de saúde, pois podem favorecer o desenvolvimento de habilidades úteis para a vida diária.

Assim como Temple Grandin (2028), uma professora e autora norte-americana conhecida por suas contribuições na área do autismo e pelo seu trabalho em ciência animal, discute extensivamente em seus livros e palestras suas experiências pessoais com autismo, incluindo o hiperfoco, e como essa característica pode ser utilizada como uma ferramenta para o desenvolvimento de habilidades e talentos específicos. Seu livro "The Autistic Brain: Thinking Across the Spectrum", traduzido para o português como "O Cérebro Autista, 2018", explora profundamente essas questões, oferecendo insights valiosos sobre como o hiperfoco pode ser direcionado de maneira positiva.

O hiperfoco em pessoas com autismo é um fenômeno complexo, que pode trazer tanto benefícios quanto desafios. Com o apoio adequado e estratégias de manejo eficazes, é possível maximizar os aspectos positivos do hiperfoco, isso pode proporcionar um sentido de propósito e realização.

Valorizar e trabalhar o hiperfoco em pessoas com deficiências não só aproveita suas capacidades individuais, mas também contribui para uma abordagem mais inclusiva e empática, promovendo um ambiente onde todos possam contribuir de acordo com suas habilidades e interesses únicos.

ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL COM BASE NA BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (2017), enfatiza a importância da alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental, destacando que as crianças devem aprender a ler e escrever de maneira significativa e contextualizada. O documento propõe que a alfabetização ocorra de forma integrada às práticas sociais da linguagem, ou seja, que os alunos aprendam a ler e escrever não apenas como um fim em si mesmo, mas como uma ferramenta para a participação social e o exercício da cidadania.

Segundo a BNCC, a alfabetização funcional vai além da mera decodificação de palavras e frases. Ela envolve a capacidade de utilizar a leitura e a escrita em situações práticas do cotidiano, como compreender manuais de instruções, preencher formulários, ler horários de transporte, interpretar notícias e participar de atividades escolares e sociais de maneira eficaz.

Integração da Alfabetização Funcional na BNCC:

1. Contextualização e Significado:

A BNCC promove a alfabetização dentro de contextos significativos e variados, permitindo que os alunos desenvolvam competências que são úteis na vida diária. Isso está alinhado com os princípios da alfabetização funcional, que visam capacitar os alunos a aplicarem suas habilidades de leitura e escrita em situações reais.

2. Desenvolvimento de Competências:

A BNCC define competências gerais que incluem o uso da linguagem em diferentes contextos, a resolução de problemas, o pensamento crítico e a participação social. Estas competências estão diretamente ligadas ao conceito de alfabetização funcional, pois enfatizam a aplicação prática do conhecimento adquirido.

Sendo assim, a BNCC, ao promover uma educação que valoriza a contextualização, a diversidade textual e a interdisciplinaridade, está alinhada com os princípios da alfabetização funcional. A alfabetização funcional, por sua vez, contribui para que os alunos se tornem cidadãos mais capazes de participar ativamente na sociedade, utilizando a leitura e a escrita de maneira prática e significativa. Este alinhamento é essencial para a construção de uma educação inclusiva de qualidade, que atenda às necessidades de todos os estudantes.

TERMO DE FUNCIONALIDADE COM USO DA CIF NO CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) é uma classificação desenvolvida pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A partir de uma revisão da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), fez-se uma mudança de contexto, do enfoque negativo da deficiência e incapacidade para uma perspectiva positiva com ênfase nas atividades e na participação do indivíduo com alterações de função e/ou da estrutura do corpo (OLIVEIRA, et al. apud 2021 FARIAS; BUCHALLA, 2005).

Como expõe Oliveira (2021), esta classificação apresenta diferentes objetivos, sendo que, primordialmente, pode oferecer um olhar sobre a funcionalidade e incapacidade global do indivíduo, assim como padronizar informações a serem utilizadas por diferentes profissionais, tais como fisioterapeutas, fonoaudiólogos, **professores**, entre outros. (grifo nosso)

Segundo os estudos de Oliveira et al. (2021), que desenvolveram um mapeamento bibliográfico sobre o uso da CIF no contexto escolar inclusivo, destacam que:

A CIF investiga várias dimensões da vida dos indivíduos avaliados, levando em consideração, ao documentar a funcionalidade, não apenas aspectos da saúde, mas também culturais, políticos e sociais. Deste modo, à medida que a utilização da CIF passa a ser realizada por um número maior de profissionais em diferentes contextos, os resultados acerca da funcionalidade serão mais abrangentes e mais fidedignos (OLIVEIRA, 2021 apud DI NUBILA; BUCHALLA, 2008)

Ainda segundo os estudos sobre mapeamento bibliográfico, a CIF tem diferentes objetivos, sendo que, primordialmente, pode oferecer um olhar para o desenvolvimento e a funcionalidade global do indivíduo, assim como padronizar informações a serem utilizadas por diferentes profissionais. É uma classificação ampla que pretende ser clara em relação ao seu objeto de estudo. Em seu escopo pode-se englobar todos os aspectos da saúde humana e componentes relacionados ao bem-estar, estes últimos denominados domínios, e incluem, por exemplo, educação, mobilidade e interações sociais. Já os domínios de saúde incluem aspectos como ver, ouvir, andar, aprender e lembrar (OLIVEIRA, 2021 apud OMS, 2008).

Nesse sentido, na atual conjuntura da educação inclusiva brasileira, é preciso reconhecer a necessidade de novos estudos integrados, que unam o modelo psicossocial ao modelo social, abordem e possam integrar novas metodologias ao contexto da educação inclusiva. Por ser um assunto recente e pouco estudado na área da educação, especialmente no que tange à alfabetização, que envolve escrita e leitura para alunos com deficiências, é fundamental adaptar o ensino às necessidades cognitivas e funcionais de cada estudante. Além disso, é necessário eliminar a ideia de uma única estratégia metodológica de ensino e o modelo de vários relatórios clínicos sobre um único aluno, reconhecendo que cada indivíduo possui seu próprio ritmo de aprendizado. Em outras palavras, alunos com níveis variados de aprendizagem podem interagir e desenvolver habilidades de escrita, leitura e interpretação de maneira criativa e interessada.

AUTISMO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 70 milhões de pessoas possuem autismo no mundo. No Brasil, existe uma estimativa: “A estimativa é que haja dois milhões de pessoas com autismo no Brasil.” (Agência Câmara de Notícias, 2021).

Um aluno com autismo com deficiência intelectual apresenta características de ambas as condições, o que pode afetar a sua aprendizagem e interação social de maneiras distintas. Dados e informações do Instituto Neuro Saber (2021), ainda que a deficiência intelectual e o autismo possam ocorrer juntos, é preciso entender a diferença entre as duas condições para evitar erros diagnósticos que podem levar a intervenções inadequadas.

Já as características mais comuns do autismo se relacionam a dificuldades na comunicação, interação social e comportamentos repetitivos. No entanto, atrasos no desenvolvimento decorrentes da deficiência intelectual podem levar a dificuldades na interação social. Por isso, o diagnóstico pode ficar confuso, o que faz com que muitas pessoas com autismo sejam diagnosticadas com DI.

Com a nova versão instituída desde janeiro de 2022, com a Classificação internacional de Doenças (CID-11), une todos os diagnósticos no Transtorno do Espectro do Autismo (código 6A02 — em inglês: Autism Spectrum Disorder — ASD), as subdivisões passaram a ser apenas relacionadas a prejuízos na linguagem funcional e deficiência intelectual.

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) a CID-11 se refere à sua última revisão publicada. É a partir dessa linguagem comum que se torna possível que

profissionais de especialidades diferentes possam se comunicar de maneira efetiva quanto a uma condição de saúde (Calegare, 2023, grifo nosso).

Em relação a unificação na CID-11 do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), estabelecendo um único código: 6A02, a OMS relata que as subdivisões passaram a ser apenas relacionadas a prejuízos na linguagem funcional e deficiência intelectual. A intenção é facilitar o diagnóstico e simplificar a codificação para acesso a serviços de saúde.

Enquanto pesquisadora e educadora especialista para alunos com Transtorno do Espectro Autismo (TEA), identifico que a intenção de facilitar o diagnóstico, simplificar a codificação deveria se estender também para toda equipe de multiprofissionais (clínicos) em parceria com equipe pedagógica escolar. Com o avanço das tecnologias esse sistema poderia ser implantado por um sistema único de cadastro estruturado, devendo ter por base uma matriz visual, integrado a um canal de comunicação que facilitaria toda equipe que oferece suporte para esses alunos.

Calegare (2023), chama a atenção para uma questão muito importante:

Manuais diagnósticos e classificatórios, como a CID-11 e outros, são utilizados por profissionais para se comunicarem entre si e para direcionar algumas práticas, intervenções e cuidados necessários. Diagnósticos não devem ser usados para reduzir uma pessoa a uma caixinha ou para generalizar experiências.

Nesse sentido, cada um desses profissionais, dentro de suas especialidades, deve realizar um trabalho integrado por meio de conversas e trocas de informações, seguidas de exames, testes e relatórios. Essa abordagem fortalecerá um atendimento mais assertivo, auxiliando na minimização das dificuldades apresentadas por cada pessoa com TEA e proporcionando uma melhor compreensão por parte de seus familiares, além de possibilitar a definição de propostas pedagógicas mais produtivas.

Portanto, o código (6A02.1) que pertence as novas atualizações da CID-11 versão (2019/2022), especificamente descreve uma pessoa com transtorno do espectro autista que também poderá ter deficiência intelectual e enfrenta desafios leves ou não tem habilidade de comunicação funcional.

Sendo assim, não se trata apenas de reproduzir mecanismos técnicos, por meio de um código de diagnóstico clínico para facilitar acesso a serviços de saúde, sabemos que as pessoas com deficiências em geral, aqui em questão a abordagem de pessoas com TEA e com DI, precisam ser mais interpretadas e assistidas com diagnósticos amplos a respeito da situação cognitiva, sensorial, comportamental, física, motora e escolar.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Especial, considerando a Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito de todos a educação; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008; e o Decreto Legislativo nº 186, de julho de 2008, que

ratifica a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008 (Ministério da Educação, 2023).

Reconhecendo a importância fundamental da inclusão como direito universal e como pilar para uma sociedade justa, a promoção e atualização das legislações precisam estabelecer as diretrizes, normas e práticas para assegurar uma educação inclusiva de qualidade para todos.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma modalidade de ensino prevista na política educacional brasileira, especialmente designada para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Ele não substitui a formação regular, não é uma proposta de reforço escolar, mas complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com base em suas necessidades específicas. Esse serviço é ofertado preferencialmente na rede regular de ensino, em salas de recursos multifuncionais ou centros especializados, no período do contra turno dos alunos elegíveis da educação inclusiva que frequentam as salas de aula do ensino comum.

A garantia do AEE é um marco no reconhecimento dos direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil. Através desta estratégia, busca-se assegurar que todos os estudantes tenham acesso ao currículo escolar, participem ativamente e progridam no processo educacional. Para tanto, é fundamental o investimento em formação continuada de professores, infraestrutura adequada e materiais didáticos específicos, reforçando o compromisso do país com uma educação verdadeiramente inclusiva.

Nesse sentido, precisamos entender que não adianta apenas a permanência física desses alunos junto aos demais educandos na escola, mas necessita urgentemente de representar a ousadia de rever concepções e quebra de paradigmas, bem como desenvolver o potencial desses alunos, respeitando suas particularidades e ritmos para aprender.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES/ MÉTODOS E RESULTADOS

A seguir, apresentamos alguns dos resultados em forma de relatos no desenvolvimento de situações de aprendizagem de 03 alunos com autismo com deficiência intelectual, os quais denominamos aluno A, de 13 anos – (matriculado no 6º ano B), aluno B, 14 anos (matriculado no 8º ano B) e aluna C, 14 anos (matriculado 9º D) que cursam o Ensino Fundamental – Ciclo Anos finais.

Os registros foram realizados durante os atendimentos no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Embora não tenham sido especificadas datas exatas, a investigação ocorreu entre os anos de 2023 e maio de 2024, considerando as participações, interesses e perfis dos alunos.

ALUNO A - Possui documentos clínicos em seu prontuário escolar que indicam um diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). O laudo médico inclui os seguintes

códigos CID-10: F84.0, P71, P01, P20 e G80, associados à deficiência intelectual. O registro médico lista sintomas como redução da linguagem expressiva, baixa tolerância à frustração, medos específicos, diminuição da interação social e comprometimento significativo da aprendizagem. A avaliação pedagógica identifica, entre outras habilidades, um hiperfoco para criar desenhos animados à mão livre

Descrição da atividade 01: O aluno desenhou a capa dos 17 livros da coleção "Diário de um Banana", ilustrando os personagens e as letras dos títulos dos livros. Foi identificado que, mesmo com dificuldades de escrita e leitura, o aluno consegue relacionar os títulos dos livros com os desenhos de cada capa (Figura 1).

Descrição das atividades 02: O tema proposto foi trabalhar com o gênero textual – quadrinhos. O aluno ilustrou o cartaz com personagens de sua preferência e criou uma história com diálogos em português e inglês. Além disso, ele realizou uma pesquisa de voz para identificar um vídeo que contextualizasse a história (Figuras 2 e 3).



Figura 1. Capas de livro

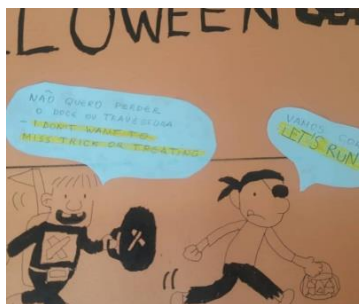


Figura 2. Cartaz Halloween



Figura 3. Pesquisa de voz

ALUNO B - No prontuário escolar do aluno consta de documentos clínicos que indicam comportamentos atípicos relacionados a algumas síndromes e Transtornos do Espectro

Autista (TEA), CID: 10 - F84.0, F71.1, F84.,40.9, incluindo epilepsia e comportamento desafiador e contraditório. O quadro clínico sugere a necessidade de estímulos constantes de aprendizagem para fortalecer as habilidades de raciocínio lógico, escrita e leitura. Seu hiperfoco é sobre a história e os personagens da Ladybug seus amigos e os Miraculous.

Descrição da Atividade 01: Atividade de escrita em linhas quadriculadas e cartas numeradas com os personagens de Ladybug. A utilização das linhas quadriculadas auxilia o aluno no desenvolvimento da coordenação motora fina, além de ajudar a organizar melhor suas anotações e desenhos, facilitando a compreensão e visualização dos conteúdos (Figura 4).

Descrição da Atividade 02: Aluno em casa criando personagens da Ladybug e a história do Miraculous. Esta atividade promove incentivo e parceria entre escola e família para melhorar as habilidades motoras e cognitivas do aluno, pois os pais podem reforçar em casa o que é aprendido na escola, oferecendo suporte e encorajamento contínuos (Figura 5).

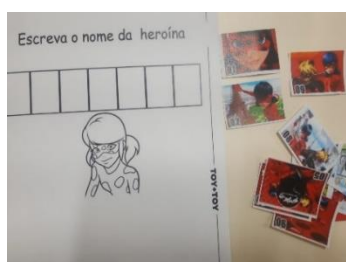


Figura 4. Personagem Ladybug



Figura 5. Aluno em casa

ALUNA C: No prontuário escolar da aluna constam documentos clínicos que indicam comportamentos atípicos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), CID-10, F84.0, incluindo dificuldades de dicção (fala fluente), aprendizagem de leitura e escrita, e compreensão de comandos. Foi identificado que a aluna possui grande habilidade com tecnologia, adorando e sabendo utilizar muito bem recursos tecnológicos em seu dia a dia, como aplicativos e jogos digitais, principalmente pelo celular. O quadro clínico sugere a necessidade de estímulos constantes de aprendizagem para fortalecer as habilidades de raciocínio lógico, escrita, leitura, bem como a autoestima e autonomia.

Descrição da Atividade 01: Após uma leitura compartilhada, cujo objetivo é facilitar a troca de opiniões e melhorar a compreensão do texto, a aluna desenvolveu uma atividade no Jamboard (é um quadro interativo desenvolvido pelo Google) para criar um

infográfico, combinando elementos textuais e visuais do livro para transmitir informações de maneira clara e atrativa (Figura 6 e 7).

Descrição da Atividade 02: Atividade temática sobre "Páscoa". Foi proposto à aluna criar um vídeo no app OctoStudio, que permite criar animações e jogos em seu celular ou tablet usando blocos de programação. Após receber orientações, a aluna escolheu o cenário e o personagem, e criou um vídeo utilizando o recurso de voz. No vídeo, ao dizer "Feliz Páscoa", o coelhinho dava um salto para cima (Figura 8).

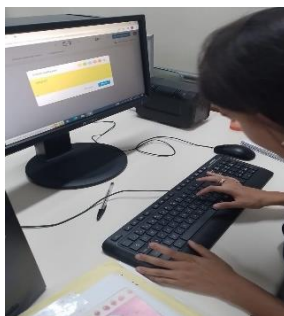


Figura 6. Criando um infográfico

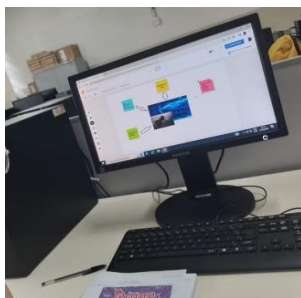


Figura 7. Infográfico finalizado



Figura 8. Vídeo tema: Páscoa

A compreensão das atividades realizadas no ambiente educacional inclusivo é essencial para avaliar a eficácia do suporte oferecido. Abordando diretamente as estratégias de alfabetização, é possível investigar de que maneira as metodologias diversificadas e inovadoras estão sendo integradas no processo de ensino-aprendizagem. Esse enfoque não apenas destaca as iniciativas em prática, mas também permite uma análise crítica sobre como essas estratégias podem ser otimizadas ou ajustadas para melhor atender às necessidades específicas e funcionais dos alunos com TEA com deficiência intelectual.

CONCLUSÃO

Reconhecer que a sociedade atual está em constante mudança e necessita se adequar às inovações é essencial, especialmente ao buscar incessantemente a qualidade do atendimento integrado na área da saúde e educação para pessoas com deficiências. A temática abordada suscita diversos questionamentos, especialmente no que se refere à aplicação e integração dos pareceres de documentos como a CID, a CIF e relatórios pedagógicos. É importante que esses documentos estejam atualizados conforme a CID-11 e as legislações vigentes, pois essas informações são fundamentais para o planejamento estratégico, integrando ao suporte pedagógico fornecendo subsídios essenciais e servindo como base documental para garantir que o aluno usufrua dos benefícios previstos por lei.

Apesar dos direitos e garantias legais existentes, frequentemente há burocracias que desafiam o bom senso, como a necessidade constante de renovação de atestados e relatórios médicos. Além disso, percebe-se uma lacuna de informações e conhecimento sobre a consistência dos diagnósticos, destacando a importância de diálogos contínuos entre a equipe multiprofissional que atende o aluno.

Existem poucos estudos sobre pessoas com autismo com deficiência intelectual, especialmente sobre o desenvolvimento de suas funcionalidades integrado à alfabetização. Isso destaca a necessidade de compartilharmos relatos de experiências inovadoras e atuais nesse contexto. Neste relato, as atividades de alfabetização funcional implementadas para três alunos com autismo e deficiência intelectual, adaptadas para integrar seus hiperfocos, resultaram em avanços positivos e significativos. Durante essas atividades, foram observados progressos importantes em várias áreas do desenvolvimento.

Os alunos demonstraram maior confiança ao se expressarem e participarem das tarefas propostas, integradas às suas afinidades e gostos (hiperfocos). Outro aspecto importante foi o desenvolvimento da criatividade, da coordenação motora fina e das habilidades cognitivas. A utilização de ferramentas tecnológicas e materiais didáticos adaptados aos interesses dos alunos facilitou o aprendizado, tornando as atividades mais atraentes e motivadoras para eles.

As atividades de alfabetização funcional não apenas melhoraram as habilidades de leitura e escrita dos alunos, mas também contribuíram significativamente para o seu desenvolvimento global, incluindo autoestima e independência. Esses avanços destacam a importância de continuar investindo em pesquisas e estratégias de ensino personalizadas que atendam às necessidades específicas de cada aluno, promovendo um ambiente inclusivo e favorável ao aprendizado. Portanto, é fundamental que os educadores mantenham um enfoque individualizado e sensível às particularidades de cada estudante, assegurando um progresso contínuo e significativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Atendimento Educacional Especializado (AEE)**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192 Acesso em: 12 de abr. 2024

_____. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. FUNDACENTRO. **Modelo CIF não considera deficiência como fator que define a incapacidade**. Disponível em: <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/comunicacao/noticias/noticias/2019/1/modelo-cif-nao-considera-deficiencias-como-fator-que-define-a-incapacidade>. Acesso em: 20 de jan.2024.

CALEGARE, NATALIA. CID-11: **O que muda no autismo com o novo documento da OMS?** Disponível em: <https://genialcare.com.br/web-stories/beneficios-cao-no-autismo/> Acesso em: 15 de abr.2024

DIVERSA. **Escrita e alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista (TEA)**. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/escrita-alfabetizacao-criancas-com-autismo/> Acesso: 14 de abr.2024

IBGE- EDUC.A. **Analfabetismo**. Disponível em: [https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=Analfabetismo,pessoas\)%2C%20na%20Regi%C3%A3o%20Sudeste](https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=Analfabetismo,pessoas)%2C%20na%20Regi%C3%A3o%20Sudeste). Acesso: 30 de dez.2023.

INSTITUTO NEURO SABER. **Qual a diferença entre autismo e deficiência intelectual?** Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/qual-a-diferenca-entre-autismo-e-deficiencia-intelectual/#comment-21811> Acesso em: 04 de jan.2024.

OLIVEIRA, M. C. U. de; MICCAS, C.; ARAÚJO, C. O. de; D'ANTINO, M. E. F. O uso da CIF no contexto escolar inclusivo: um mapeamento bibliográfico. Revista Educação Especial, [S. l.], v. 34, p. e15/1–20, 2021. DOI: 10.5902/1984686X42725. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/42725>. Acesso em: 25 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Internacional de Doenças – CID-11**. Disponível em: [https://www.who.int/news/item/18-06-2018-who-releases-new-international-classification-of-diseases-\(icd-11\)](https://www.who.int/news/item/18-06-2018-who-releases-new-international-classification-of-diseases-(icd-11)) . Acesso em: 15 de dez.2023.

PORTAL DRAUZIO VARELLA. **Concentração intensa: conheça o hiperfoco e como ele pode ser regulado**. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/psiquiatria/concentracao-intensa-conheca-o-hiperfoco-e-como-ele-pode-ser-regulado/> Disponível em: 05 de jun.2024.